



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS - BACHARELADO

Jéssica Maria do Nascimento

A Relação entre as Condutas do Profissional Intérprete e os Processos Interpretativos

Joinville/SC

2018

Jéssica Maria do Nascimento

A Relação entre as Condutas do Profissional Intérprete e os Processos Interpretativos

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras.

Professor Orientador: André Reichert

Coorientadora: Laura Serpa

Joinville/SC

2018

"Como se sabe, a língua além de ser o principal veículo de comunicação, é também o mais importante meio de identificação do indivíduo com sua cultura e o suporte do conhecimento da realidade que nos circunda. O problema das minorias linguísticas é, pois, muitas vezes, não apenas a privação da língua materna, mas, sobretudo a privação de sua identidade cultural."

Lucinda Brito

Dedico este trabalho a toda minha família, em especial a minha mãe Soeli Maciel que é minha guerreira e ao meu avô Otacilio Maciel (em memória) que sempre acreditou em mim e mesmo num leito de hospital foi meu grande incentivo a chegar até aqui e a todos aqueles que me incentivaram nesta jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro a Deus por me dar sabedoria para escrever este trabalho e força para que mesmo em meio a tantas lutas neste período conseguir concretizar este trabalho.

Sou muito grata ao Carlos, meu amado namorado, pela sua paciência comigo neste tempo de estudo e principalmente pela sua ajuda com a tradução do material cujo original é em inglês e por cada conversa durante os momentos de tradução que foram muito importantes para que eu pudesse desenvolver parte do capítulo 4.

Minha gratidão também a Professora Laura Serpa, minha querida tutora que aceitou ser minha coorientadora e ao dizer seu sim, abraçou este trabalho como dela também. Meu muito obrigado pelas orientações, por sempre estar a disposição e principalmente, por suas palavras que não me deixou desistir e sempre me incentivou e inspirou para concluir este trabalho.

Agradeço ao Professor André Reichert pelas suas orientações. E a minha gratidão também aos meus colegas de graduação por cada bate papo que me instigaram e assim que ajudaram a desenvolver este trabalho e as conversas constantes que deram grande ânimo a cada dia.

RESUMO

O presente trabalho descreve a relação com as condutas éticas do profissional intérprete de Libras do código de conduta da década de 1990, sua atualização de 2014 e estudos referentes a estes com as teorias do processo interpretativo. Tendo este estudo como seu objetivo principal realizar a relação entre estes documentos sobre a conduta ética destes profissionais, estudos anteriores sobre estes e assim analisar com base em duas teorias do processo interpretativo são relacionadas a tais condutas com a prática real deste profissional. Com este estudo se conclui que questões colocadas como falhas de condutas do profissional intérprete são por conta de questões que permeiam o processo que acontece durante a interpretação, sejam estas: cognitivas ou situacionais.

Palavras-chave: Intérprete de Libras. Ética profissional. Processo de interpretação.

ABSTRACT

The present paper describes the relation of the ethical conduct of the Professional Libras (Brazilian Sign language) Interpreter, the Code of Conduct of the decade of 1990, its update of 2014 and studies on such with the theories on the interpretative process. Having this study as its main objective to carry out the relationship between these documents on the ethical conduct of these professionals, previous studies on these and thus analyze it based on two theories of the interpretative process which are related to such conducts and to the real practice of this professional. With this study we shall conclude that issues put as professional conduct failures of an interpreter occur for questions which permeate the process that happens during interpretation, be them cognitive or situational.

Keywords: Professional Libras Interpreter. Ethical Professional. Interpretative Processes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS E SEU PAPEL	11
1.1 Desafios para o tradutor/intérprete de Libras/Língua portuguesa	12
2. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO PROFISSIONAL TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS	14
2.1 Confiabilidade	15
2.2 Imparcialidade	16
2.3 Discrição	17
2.4 Distância Profissional	18
2.5 Fidelidade	19
2.6 Desenvolvimento Profissional	20
3. MODALIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS	21
3.1 Interpretação sussurrada	21
3.2 Interpretação consecutiva	21
3.3 Interpretação simultânea	22
4. TEORIAS DE PROCESSO DA INTERPRETAÇÃO	23
4.1 Teoria de Modelo de Esforço de Interpretação	23
4.1.1 Operações automáticas e não automáticas	23
4.1.2 Esforços de interpretação	24
4.1.3 Esforço de audição e análise	24
4.1.4 Esforço de produção	25
4.1.5 Esforço de memória	25
4.1.6 A interpretação por meio dos esforços	26
4.2 Teoria Interpretativa da Tradução	27
5. A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL INTÉRPRETE E AS TEORIAS INTERPRETATIVAS	30
6. CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS ,.....	35

INTRODUÇÃO

Quando me inseri na comunidade surda, há pouco mais de sete anos, não tinha a pretensão de me tornar uma profissional intérprete, era somente ‘aprender Libras, que é tão lindo de se ver’, mas a comunidade surda e a Libras me cativaram, de início, a língua de sinais para mim era fácil, mas quando decidir ir a fundo buscando o curso para me aprofundar, e neste, quando havia atividades práticas de interpretação, passei a entender o quão desafiador é esta prática. Mas isto não me fez desistir! Quando tive a oportunidade de começar a atuar como profissional intérprete me deparei não somente com os desafios da interpretação, mas também principalmente, com os desafios enquanto profissional, das condutas a serem seguidas e também a perspectiva que os demais tem desta tão recente profissão.

Começo este trabalho com um breve apanhado histórico dos intérpretes em atuação no Brasil, apesar de não haver uma data que marque seu início, mas entendemos que desde que houve surdos, houve também alguém que estava ali para mediar à comunicação entre este e os demais.

O que estudos revelam que esta prática teve início de forma voluntária, sendo realizada por familiares, parentes, religiosos e professores de surdos. E, no Brasil, recentemente esta prática tornou-se profissão, havendo assim a necessidade de seguir normas e uma possível, padronização de condutas. Porém, ao longo de minha jornada com a Libras e a comunidade surda, já tive a oportunidade de frequentar alguns cursos, e inclusive, em algumas disciplinas durante minha trajetória neste curso de graduação para Bacharel em Letras/Libras tenho discutido sobre a ética profissional. Isso sempre me faz refletir, e na maioria destes debates citamos sobre o código de conduta adaptado por Representantes dos Estados Brasileiros na década de 90 e o quanto estes princípios ainda delimitam os rumos para esta profissão.

Entretanto, desde a criação deste código de conduta, já se passaram anos, e por isto houve a necessidade de uma reformulação deste documento, esta foi realizada em 2014 pela FEBRAPILS nos colocando uma nova perspectiva nos princípios norteadores para esta profissão.

Trago neste trabalho alguns autores que se contrapõem às normas descritas no código de conduta da década de 90. Como Marques (2012), Pereira (2008), Russo (2009) e Santos (2006) em seus estudos colocam a atuação do profissional intérprete numa nova perspectiva. E trago também as teorias de interpretação que nos fazem entender a conduta destes profissionais como em Gile (1999) com a teoria do Modelo de Esforço e Seleskovicthi (1984) com a teoria Interpretativa da Tradução.

A partir deste estudo, olharemos a atuação do profissional intérprete em um novo prisma, com um novo sentido. Pois além de compreendermos que a conduta destes profissionais foi mudando ao longo do tempo, também entenderemos que o processo cognitivo durante a interpretação pode ser o grande responsável pelo resultado final durante esta atuação, e que este interfere nas decisões tomadas por este profissional.

1. O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS E SEU PAPEL

O tradutor e intérprete de Libras é o mediador entre uma língua (fonte) e outra (alvo), bem como suas culturas e tudo que as envolve. Sendo que o tradutor e intérprete de Libras media a língua portuguesa e a língua brasileira de sinais - Libras.

Sabemos bem que este sujeito (tradutor/intérprete) foi se constituindo ao longo da história conforme o surdo foi conseguindo espaço perante a sociedade. Seu trabalho teve início de forma voluntária, pelo simples fato de ajudar os surdos, no meio social e principalmente religioso, e posteriormente no meio educacional. Conforme os surdos foram conquistando seu lugar na sociedade também foi necessária a atuação deste em todas as áreas da sociedade.

Com o decorrer dos anos, esta atuação começou a ser vista como uma necessidade, e então se tornou profissão. No Brasil, o que se deu com a lei de acessibilidade 10.098 no ano 2000:

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais¹ e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. (BRASIL, 2000)

No decreto 5.626 do ano 2005, há atribuições referentes à formação e atuação deste profissional. Mas esta atuação foi regulamentada somente no ano de 2010, com a lei 12.319, conforme está no texto oficial:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. (BRASIL, 2010)

Entretanto, sabemos que este profissional pode atuar como tradutor e/ou intérprete, os quais têm funções distintas. O tradutor intervém sempre com material escrito, seja entre língua de sinais – língua portuguesa, língua de sinais – escrita de sinais e/ou a língua de sinais – e demais línguas orais. Tendo o tradutor tempo necessário para o estudo, pesquisas podem utilizar de vários recursos para esta pesquisa como diversas ferramentas tecnológicas (softwares, tradutores automáticos, entre outros) e tendo acesso a diversos lugares (biblioteca, internet, documentos históricos e até mesmo pesquisa com pessoas experientes da área) para a realização da tradução.

Por sua vez, o intérprete tem como função atuar com as duas línguas na modalidade falada, neste caso língua brasileira de sinais e língua portuguesa, com contato físico direto com o seu

¹ Na lei 10.098/00 utiliza o termo linguagem de sinais, mas já é esclarecido que o termo correto é língua de sinais, pois a Libras é reconhecida como língua no Brasil posteriormente na lei 10.436/02.

cliente²/surdo, havendo a necessidade de possuir os domínios linguísticos, cultural e técnicos de interpretação para que realize, em tempo real, o processamento da língua fonte para, em seguida, transmitir na língua alvo. Ambas envolvem todo um esforço para que se alcance a língua alvo com excelência, mas esta segunda a interpretação é necessário um esforço ainda maior, pelo fato que as tomadas de decisões precisam ser imediatas, em seu desempenho. Conforme revela Gesser (2011):

Qualquer ato interpretativo envolve um enorme empenho lingüístico-comunicativo por parte do intérprete. Isso porque ele tem que processar a informação que é expressa em uma determinada língua (no caso língua fonte), fazendo adequações e escolhas lingüísticas que façam sentido na língua alvo. Além do domínio linguístico e técnico, o ato interpretativo também requer do profissional conhecimento histórico, cultural e social. (GESSER, 2011:26)

Portanto, estes domínios são fundamentais para que este profissional formule estratégias visando que a interpretação alcance seu objetivo: Que a informação chegue ao público-alvo de modo adequado e claro, o que demanda um grande esforço, para depois de receber o discurso fonte, processar este recorte de discurso, acessando a todos estes conhecimentos para produzir o discurso-alvo. Todo este processo acontece ininterruptamente e continuamente (no caso da interpretação simultânea). Um grande desafio encarado por estes profissionais, como veremos nos próximos capítulos.

1.1 Desafios para o tradutor/intérprete de Libras/Língua portuguesa

Um dos grandes desafios encontrados por este profissional é a intermediação entre duas línguas diferentes, e principalmente entre culturas, o que confere a este profissional uma grande responsabilidade, que é a de comunicar com excelência estes dois grupos. Sendo assim, o domínio da Libras e da língua portuguesa não é o suficiente, Quadros (2004), já relatava sobre esta grande responsabilidade que este indivíduo tem:

O intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação. Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos. (QUADROS, 2004:27)

Quadros, neste trecho acima, relata os maiores desafios enfrentado pelos profissionais intérpretes. Por ser uma atuação momentânea e transitória, e com “processos altamente complexos” os desafios são constantes, tendo a necessidade de ter conhecimento muito além do social e cultural, mas ter domínios específicos, principalmente na área em que deseja atuar, para que o produto final (língua alvo) seja de qualidade.

² Utilizo o termo cliente para meu referir ao surdo numa relação profissional, entre este profissional intérprete e o surdo.

Entretanto, é notável, que não são somente os desafios linguísticos e cognitivos que este profissional encontra em sua atuação. Os desafios vão muito além desses, pois este esbarra, muitas vezes, as situações legais e éticas. Como já citado neste trabalho, no Brasil esta atuação tornou-se profissão somente a partir de 2010, ou seja, é muito recente. E por isso, encontramos muitas barreiras, a principal delas é pela falta de compreensão de nossa real função, por ambas as comunidades/públicos que envolvem o nosso trabalho. Assim como relata Santos (2009) em seu estudo, que ainda há um longo caminho para que de fato, os intérpretes de língua de sinais sejam vistos como profissionais:

Para os ILS³ serem vistos enquanto profissionais é preciso desmistificar algumas das representações colocadas nesse trabalho e, além disso, esse grupo precisa ter formação teórica e prática do seu exercício profissional, dados esses embasados em pesquisas acadêmicas aliadas à prática de atuação. Os ILS merecem ser incluídos nas decisões que tratam além do seu espaço de atuação, mostrando suas habilidades e competências de negociação entre grupos. Atualmente, a maioria das leis que direciona para os ILS, apenas menciona a importância ou garantia desse profissional. No entanto, a participação dos mesmos se torna fundamental para o desenvolvimento das discussões que vêm se constituindo. (SANTOS, 2006:54)

É preciso que este profissional tenha uma formação específica, e de qualidade para que possa atuar em todos os âmbitos da sociedade e não somente isto, pois é preciso que esta categoria se una e vá à luta por uma regulamentação mais específica para esta profissão, pois no Brasil nem a identidade deste profissional é bem definida, e para que isso aconteça ainda há um longo processo cultural, linguístico, histórico, político e social. (SANTOS, 2006:54)

³ ILS termo utilizado pela autora para se referir a: Intérprete de língua de sinais.

2. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO PROFISSIONAL TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS

Para que se possa atuar como um profissional intérprete é preciso, além do domínio de duas línguas, pois nem todo sujeito bilíngue e/ou poliglota têm as características para atuar como tradutor/intérprete. Conforme podemos encontrar no texto:

É preciso, na verdade, que haja uma conjunção de características que envolvem, além do conhecimento profundo da estrutura das línguas envolvidas e a responsabilidade de manter-se fiel e neutro em relações ao objeto de interpretação, o conhecimento cultural suficiente da língua-alvo e da língua-fonte para fazer as devidas adaptações linguísticas de cunho idiomático e cultural. Aí, entrecruzam-se habilidades linguísticas próprias e inferências que ocorrem durante o próprio ato interpretativo, que levam intérpretes a usarem diferentes recursos para expressar os mais diversos significados, seja nas palavras, em nível lexical, ou nas frases, em nível sintático. (RODRIGUES E VALENTE, 2012:19)

No ano 1992, no Rio de Janeiro, foi aprovado o Código de Ética, do profissional intérprete de Libras (este foi traduzido do *Interpreting for Deaf People* e adaptado pela Representação dos estados Brasileiros). E no capítulo um, ressalta os Princípios fundamentais, aos quais quero destacar o 2º e 3º:

2º O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo;

3º O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito de palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de a responsabilidade; (QUADROS, 2004:32)

Em 2004, Quadros ressalta estes princípios ao elencar o papel do intérprete:

Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos:

- a) confiabilidade (sigilo profissional);
- b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias);
- c) discricção (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida profissional são separados);
- e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opinião a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito). (QUADROS, 2004:28)

Mas hoje, em 2018, anos depois destes escritos, questiono: É de fato possível que este profissional siga todos estes princípios éticos? A imparcialidade, distância profissional, fidelidade em 100% do tempo de sua interpretação?

Para compreendermos as condutas éticas da profissão do tradutor e intérprete de Libras no Brasil, a seguir buscamos estas respostas, ao tratar de cada um destes preceitos éticos no decorrer da história do intérprete, com pontos de vista de alguns autores da área. Além dessas autoras, também

temos uma atualização deste código de conduta ética formulado pela FEBRAPILS⁴ na busca de uma padronização nas condutas destes profissionais, que apresenta os princípios norteadores de outra forma:

Art. 5º - O CCE da FEBRAPILS tem como princípios definidores para a conduta profissional do TILS e GI:

I. Confidencialidade.

II. Competência Tradutória.

III. Respeito aos envolvidos na profissão.

IV. Compromisso pelo desenvolvimento profissional. (FEBRAPILS, 2014:2)

Princípios estes que esclarecemos a seguir, mostrando que com as diferenças destes princípios no código de conduta de 1992 e esta atualização de 2014, revela também as mudanças e progresso que esta profissão teve ao longo do tempo.

2.1 Confiabilidade

Como nos capítulos anteriores, no Brasil, esta profissão foi oficializada somente em 2005. Porém pessoas, familiares de surdos ou que tinham contato com estes, aprenderam a língua de sinais e assim atuaram como intérpretes conforme a necessidade e, por serem pessoas, na maioria das vezes, próximas dos surdos, não se demandava sigilo sobre o que era interpretado e podia-se compartilhar o que havia sido falado com outras pessoas, mesmo que não envolvidos no processo. A autora Pereira (2014), ao citar sobre os modelos de intérpretes ao longo do tempo, relata sobre o “Modelo Caritativo”, estes que atuamos somente com o objetivo de ajudar os surdos e por isso interpretavam somente o que pensavam ser cabível, na maioria das vezes, até mesmo mudando as informações ditas:

A maioria dos intérpretes não possuía uma formação específica na área da interpretação interlíngua e utilizavam-se de interpretação consecutiva, para resumir ou modificar o que julgavam que estava além da compreensão das pessoas surdas. Na tentativa de ajudar e proteger as pessoas surdas de erros, aqueles que atuavam como intérpretes, não tinham a noção de sigilo profissional, hoje existente, e compartilhavam informações obtidas nas interpretações com outras pessoas. Foi a partir destas pessoas, que atuavam como intérpretes, que as pessoas surdas começaram a ter acesso às informações do mundo ouvinte, porém apenas recebiam as informações, ainda não tinham nenhum poder decisório. (PEREIRA, 2014:146)

Com o passar do tempo e a profissionalização deste fazer, este profissional passou a ser desconhecido⁵ de seu cliente, e assim passou a haver a necessidade de normas de conduta, entre elas a de confiabilidade, para que haja sigilo sobre o que ocorre no processo interpretativo.

Na atualização do código de conduta ética de 2014, para este mesmo conceito é utilizado o termo Confidencialidade, e neste documento há um destaque para este princípio no Art 6º:

⁴ FEBRAPILS sigla para de referir a: Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais.

Art. 6º - O TILS e o GI devem manter e valorizar a confidencialidade como condição essencial para proteger todos os envolvidos no trabalho de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação, salvo quando interpelado judicialmente à quebra de confidencialidade, informando esta obrigação ao Solicitante e ao Beneficiário.

Sendo assim, a confiabilidade (ou confidencialidade) é fundamental para que tenha respeito mútuo nesta relação tornando-a segura e profissional, sejam estes envolvidos conhecidos anteriormente ou não, e deste modo este profissional sente a segurança em sua atuação trazendo melhor qualidade nesta interpretação.

2.2 Imparcialidade

A partir do momento que esta atuação tornou-se profissão, esses profissionais “acharam-se na obrigação de serem invisíveis, neutros e distantes” como relata Pereira. Ou melhor, serem meros mediadores da informação de uma língua para outra, e deixarem sua subjetividade de lado para que o surdo tome seu espaço e tenha o domínio da interação com os demais.

Entretanto neste período muitos intérpretes começaram se incomodar e alguns até mesmo deixaram a profissão por se sentirem “usados” como um mero objeto, conforme Pereira: “... quando as pessoas tornam-se invisíveis, apenas canais de comunicação, os seus traços humanos são apagados, tornando-se meros objetos e a sensação de desvalorização começa a tomar conta dos intérpretes.” (PEREIRA, 2014:147).

Esta mesma autora em seu texto relata:

Ser intérprete é ser, intrinsecamente, um profissional atormentado por ter que estar presente e fingir-se invisível, algo ainda mais impensável para um intérprete de uma língua que é percebida prioritariamente pelo canal visual, como uma língua de sinais; e por não poder ser o ‘eu’ nem o ‘tu’ plenamente, por estar sempre em uma posição instável e escorregadia de um simbiótico locutor-interlocutor. (PEREIRA, 2014:137)

Por um longo tempo, este profissional angustiava-se em suas atuações, pois tinha esta “obrigação” de ser neutro, mas ao longo do tempo, nas práticas e estudos foram percebendo que esta neutralidade é mito, ou seja, esta obrigação deste sujeito em sua atuação profissional não interferir e/ou não colocar sua opinião referente aquele discurso é inviável, por ser um papel fundamental nesta relação de discurso.

Ao perceberem, na prática, que a neutralidade total deste profissional no ato interpretativo é quase impossível, surgiram vários estudos referentes a isto, sendo um deles de Marques (2012) que faz um apanhado de vários autores da área que referenciam esta temática: “Espera-se que “esse sujeito” mantenha sua subjetividade distante de seu discurso para não “poluir” o texto original com suas inferências, condizente com a postura ética que se espera deste.” (MARQUES, 2012:63).

Neste mesmo escrito, diz-se sobre a dicotomia: “Tradutor traidor”⁵, referindo-se ao tradutor e intérprete como traidor do texto fonte por a este não ser plenamente fiel.

Mas bem sabemos que este profissional é um ser humano e não uma máquina, que a cada termo do texto original reproduz em outro termo (no caso da LS, um sinal) no texto final. Isto não significa que este pode fazer o que bem entender e mudar todo o texto! Mas cabe ao profissional, saber fazer as devidas adaptações, escolhas, decisões e assim traduções com qualidade respeitando e mantendo o texto original com todo seu sentido.

Deste modo estes profissionais ao ouvirem/verem o texto fonte irá passar por todo um processo, até que produzam na língua alvo (o que iremos verificar nos próximos capítulos), e todo este processo ocorre neste ser humano, e é nisto que se situa a subjetividade dele, que se mistura com o texto original.

No trabalho de Santos, (2009) ao pesquisar diversos autores cita Metzger (2000), que em seu escrito tem algo de muita relevância para este estudo:

Em METZER (2000, *apud* Santos, 2009:1), os estudos sobre os intérpretes de língua de sinais centralizam-se na desconstrução do mito da neutralidade na interpretação. A autora afirma que, durante algum tempo, os intérpretes tentaram manter o status neutro no processo da interpretação, porém estudos sociolinguísticos comprovaram que os intérpretes de língua de sinais não podem simplesmente agir mecanicamente como se fossem “canais neutros” por onde passam os discursos. Assim, esses profissionais têm o poder de influenciar o discurso, uma vez que a presença deste age sobre a interação dos participantes.

Esta desmistificação revela o crescimento e as conquistas que a profissão de intérprete obteve ao longo do tempo, pois, como foi publicado “esses profissionais têm o poder de influenciar o discurso”. Este poder de influenciar, não alega ao profissional a autonomia de criar um novo texto, porém quem transmite o discurso para o público alvo é o intérprete tendo o poder de influenciar em pela maneira em que se expressa o discurso, podendo assim este público ter uma compreensão distinta a que o orador buscou transmitir. Assume-se o intérprete como parte atuante desta relação discursiva, como um ser humano e não um mero ‘robô’ que somente sinaliza ou fala o discurso do locutor.

Porém, assim como contem na atualização do código de conduta, é preciso que haja o respeito entre os envolvidos. Sendo este, mais um dos desafios deste profissional intérprete, ter a cautela até onde pode ir ao influenciar neste discurso, mantendo o respeito a todos envolvido no discurso seja ao orador e ao público receptor desta mensagem em questão.

2.3 Discrição

⁵ Este termo é utilizado ao se referir a este tradutor/intérprete como “traidor” do texto fonte, ao traduzir colocar seus conhecimentos ao transmitir no discurso fonte, sendo este visto como infiel do texto fonte.

É oportuno lembrar que os intérpretes, no início, eram pessoas próximas dos surdos que exerciam esta função simplesmente para ajudar, portanto, havia uma relação entre os pares além do momento da interpretação. Com o início da profissionalização e a criação do código de conduta na década de 90, viu-se neste preceito de discricção a necessidade de um distanciamento deste profissional para com os surdos, para que questões particulares em suas relações não interferissem no processo interpretativo. Para que isto, de fato, fosse respeitado foi essencial que os dois lados agissem com maturidade.

Este preceito faz com que este profissional reflita sobre o momento de sua atuação, para que este tenha uma conduta condizente com o momento e ambiente que está atuando. Que neste momento ele está como profissional e não como amigo deste surdo, para que não se confunda as relações. Bem como, que sua postura seja de acordo com o profissionalismo, sem chamar (ainda mais) atenção para si respeitando os demais envolvidos nesta relação.

2.4 Distância Profissional

Neste preceito identificamos alguns pontos de vistas distintos, de um lado alguns dizem que é necessário para uma atuação de maior qualidade do intérprete, que este esteja envolvido na comunidade surda, por conta da constante variação da língua (que está em perene mudança, atualização) e para um melhor conhecimento da cultura surda e por isso foi identificado que para o intérprete (principalmente, não CODA⁶) consiga mediar entre duas línguas e culturas, este precisa ter um conhecimento profundo das duas comunidades. E para isso, o sujeito precisa estar inserido na comunidade surda, sejam em eventos, associações, centros religiosos e diversos lugares em que possa ter contato com surdos.

Para os ILS que não são CODAS, a grande necessidade, neste caso, é um contato e convivência intensos com a comunidade surda na tentativa de tornar-se, o máximo possível, um especialista em surdos. O grande perigo, neste modelo, é que os ILS ultrapassem seus limites na tentativa de serem especialistas em tudo. (PEREIRA, 2014:148)

Esta mesma autora em seu estudo sobre os perfis dos intérpretes ao explicar sobre o “Modelo do Aliado”, relata que o seu papel principal é estar junto ao surdo para colaborar, visando a autonomia deste para tomar suas decisões e estar sempre pronto para participar ativamente na sociedade:

Destaco o Modelo do Aliado, baseado na pedagogia de Paulo freire, que preconiza que o intérprete de língua de sinais deve ser um aliado no empoderamento das pessoas surdas. Em vez de “ajudar”, uma relação de desigualdade, existe o “aliar-se” e o compartilhamento do poder. Aqui a figura do ILS mantém-se afastada no momento em que as pessoas surdas devam ser desafiadas a darem suas respostas ao mundo, acertarem e errarem, viverem as consequências disto e, principalmente, aprenderem com estas experiências. E aproxima-se

⁶ CODA (Child of Deaf Adults) no Brasil significa: Filhos de pais surdos.

nos momentos em que, fora de sua atuação como ILS, pode manter uma interação dialógica de mútua aceitação. Neste modelo, o ILS não tem mais a obrigação de ser um ativista pelos direitos das pessoas surdas, precisa sim evitar perpetuar as práticas opressivas da cultura ouvinte na qual criou-se. (PEREIRA, 2014: 148)

Compreende-se assim, que o papel do intérprete de Libras é contribuir com avanço dos surdos para que tenham seu espaço nas escolas, mercado de trabalho e em todos os âmbitos da sociedade, contudo, realizando a sua função de mediador e inclusive sem interferências e/ou assumindo a posição que é dos surdos.

Já, Russo (2009), vem contrapondo este ponto de vista, ao escrever que é necessário que o profissional intérprete se distancie da comunidade surda sem deixar de ter vínculo com esta cultura:

A maior sistematização profissional do intérprete implicará um movimento de universalização que demandará inevitavelmente certo afastamento de uma dada comunidade local, contudo sem perda da necessária vinculação estreita do intérprete à cultura surda representada, por exemplo, na língua brasileira de sinais – Libras, entendida assim como uma espécie de denominador comum que representa, de modo inclusivo, as múltiplas variedades linguísticas com suas diferenças, peculiaridades, similitudes, condizentes com as comunidades que as usam. (RUSSO, 2009)

Sabe-se que um dos grandes desafios encontrados pelo intérprete é estar entre duas culturas. Por este motivo muitas vezes estamos ‘pisando em ovos’, ou seja, aqueles que pouco conhecem a outra cultura envolvida no discurso devem ter cautela em sua interpretação, afinal de contas não são todos os signos e enunciados de uma língua que são possíveis de tradução para a língua alvo. Santos (2006) ao escrever sobre esta questão usa o termo: “confortável”, pois é uma situação em que o profissional está sempre incomodado, e talvez até mesmo tenso, por transitar entre duas culturas. Afinal de contas, este profissional é um ser constituído socialmente, politicamente e culturalmente, e estes fatores sempre estão implícitos em suas atitudes.

No entanto, o fato dos ILS transitarem entre duas línguas, traz consequências além das habilidades visuais e auditivas, isto é, outras questões entram em cena, tais como o hibridismo cultural, uma vez que esses profissionais se deslocam entre fronteiras culturais (de surdos e ouvintes) e se constituem politicamente nesses espaços sociais e culturais que desencadeiam relações amplamente complexas. Relações essas de contestação cultural, de pertencimento ao grupo de surdos são algumas das exigências quando nos posicionamos nas fronteiras entre a LS e o português. Esse lugar nem sempre é confortável, pois vivenciamos relações de tensão cultural, em traduzir signos que nem sempre são traduzíveis, de enunciar as diferenças cultural por meio da interpretação, que às vezes se torna limitada. Estar aberto a esses embates pessoais e culturais deslocando-se frequentemente a cada interpretação realizada, me convoca a refletir sobre a tradução cultural. (SANTOS, 2006:30)

Em outras palavras, este é outro desafio da interpretação: O profissional necessita estar sempre atento a seus limites no ato interpretativo, pois há termos que não são traduzidos, portanto há a necessidade de usar de estratégias para adaptar os termos na cultura alvo. Para tal, é indispensável que o intérprete esteja inteirado de todas as mudanças e novidades das culturas envolvidas.

2.5 Fidelidade

Em relação à neutralidade, hoje sabemos que para um intérprete a neutralidade é um mito, pois este sujeito é um ser humano com suas vivências, conhecimentos e conceitos prévios.

Além disso, há a necessidade de entendermos ainda que o intérprete, em sua ação cotidiana, não pode deixar de ser visto como um sujeito que produz sentidos, que manifesta uma posição enunciativa em construção, no exercício da interpretação (profissão). Sendo assim, ele também é um sujeito interpretante (discursivo), com sua singularidade, com suas escolhas, com suas interpretações (discursivas), filiadas a uma memória do dizer social sobre quem é o intérprete (constituição da profissão). Uma memória profissional ainda não amalgamada em nossa sociedade. (RUSSO, 2009)

Deste modo, compreendemos que uma interpretação fiel em sua totalidade é inviável, pois este sujeito mesmo no ato interpretativo continua a ser um sujeito discursivo, colocando na sua produção final na língua-alvo suas experiências e conhecimentos prévios.

Compreendemos assim, que o texto alvo não será o texto fonte transcrito, em outras palavras, este passa por mudanças durante o processo tradutório por incorrer as escolhas do profissional intérprete que partem de suas experiências e conhecimentos, e não unicamente das experiências do orador, mesmo cuidando para que não haja alterações no sentido deste discurso, para que a mensagem do orador chegue ao público, e não a do intérprete.

2.6 Desenvolvimento Profissional

Na atualização do código de conduta ética de 2014, tem dois outros princípios norteadores que não constava no documento da década de 90: competência tradutória e compromisso pelo desenvolvimento profissional, princípios estes muito parecidos, pois ambos revelam a importância da formação deste profissional.

Para que o mesmo tenha a competência tradutória, é preciso estudos sobre as línguas envolvidas e sobre técnicas/estratégias de tradução, principalmente, referente ao âmbito em que atua. Para que este profissional se desenvolva sempre mais, é necessário que este envolvido na comunidade surda e é fundamental que este esteja em eventos da área para que esteja sempre atualizado e envolvido nas questões sobre a profissão e tudo que a envolve.

3. MODALIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS

Antes de tudo, parece importante resgatar que a tradução e a interpretação, como sabemos, têm funções diferenciadas. E assim nos esclarece Gesser (2011):

O fato de o intérprete – diferentemente do tradutor – estar presente fisicamente no ato em que ocorre a sua tarefa cria uma “emergência” em seu desempenho. Podemos dividir a interpretação nas seguintes modalidades:

- *interpretação simultânea;*
- *interpretação consecutiva;*
- *interpretação sussurrada.* (GESSER, 2011:26)

Em quaisquer processos de interpretação estão relacionados fatores tais como: memória, tomada de decisões, categorização e estratégias de interpretação, por exemplo. Assim sendo, cada uma das modalidades supracitadas exige habilidades e técnicas distintas do intérprete. A este, portanto, “cabe o gerenciamento das informações e dos conhecimentos de modo que possa conduzir seu trabalho da melhor maneira.” (GESSER, 2011:26).

Na interpretação da língua de sinais, estas modalidades podem ser usadas para a interpretação de Língua portuguesa para a Libras quanto partindo da Libras para a Língua portuguesa. Para melhor compreensão das modalidades de interpretação, veremos neste capítulo cada uma delas:

3.1 Interpretação sussurrada

A Interpretação Sussurrada é usada, em sua maioria, na interpretação entre duas línguas orais. Mas também encontramos situações que envolvem a língua de sinais nesta modalidade, quando esta ocorre da Libras para a Língua Portuguesa.

Ela acontece quando o grupo que necessita da interpretação é pequeno e sendo realizada num tom de voz mais baixo e próximo à esta pessoa e/ou pequeno grupo, chegando somente a estes que de fato precisam no ambiente.

No caso da Libras – Língua Portuguesa, este tipo de interpretação pode acontecer em eventos onde a língua principal é a Libras e ali há um, dois, ou mesmo um pequeno grupo que não têm o domínio da Libras para compreendê-la por si mesmo, então é realizada a interpretação sussurrada para estes.

3.2 Interpretação consecutiva

Na Interpretação Consecutiva o intérprete ouve/vê, faz suas tomadas de nota e depois de um tempo de discurso reproduz na língua-alvo com suas devidas adaptações. Podendo ter um tempo maior para a sua produção o que possibilita organizar bem seus pensamentos bem como a sua fala.

Esta modalidade de interpretação é mais comum entre línguas orais, mas pode também ser a escolha de intérpretes de línguas de sinais. Sendo, mais comum no formato da Libras para o português, que este intérprete tenha o tempo de processar os que estão vendo e fazer as devidas adaptações para o português.

3.3 Interpretação simultânea

A interpretação simultânea acontece instantaneamente, tendo este profissional a responsabilidade de ouvir, processar, adaptar e produzir na língua fonte ao mesmo tempo, sem perder o discurso contínuo do orador.

Nas interpretações entre línguas orais, para esta modalidade, é necessário o uso de cabine e equipamentos tecnológicos (microfone, fones e outros) para que não haja interferência no discurso do orador. Já nas interpretações entre língua oral e língua de sinais, não ocorre esta situação, por serem línguas de modalidades distintas, oral-auditiva e visual-espacial, podendo-se realizar a interpretação livre de interferências no discurso do orador.

Rodrigues, em seu estudo de 2013, nos traz algo muito relevante relacionado à interpretação simultânea e a interpretação entre línguas orais e línguas de sinais:

No que se refere à interpretação simultânea, entre línguas orais e entre uma língua oral e outra de sinais, Isham (1994) demonstrou, ao comparar intérpretes de línguas orais, monomodais, e de línguas de sinais, intermodais, que os intérpretes de sinais tendem a cometer menos erros de compreensão e tradução do que os intérpretes orais. Para ele, isso se deve à diferença da modalidade, visto que tal diferença possibilita que a memória auditiva dos intérpretes de sinais opere sem interferência. (RODRIGUES, 2013:268)

O processo interpretativo cognitivo que ocorre na interpretação de línguas orais e línguas de sinais são os mesmos, mas pelo fato de que a modalidade se distingue ao interpretar entre língua oral e língua de sinais, este intérprete “precisa administrar o ritmo durante a tradução: um sinal pode exigir muitas palavras para ser traduzido e, da mesma maneira, uma palavra pode não exigir muitos sinais para ser traduzida. Intérpretes de língua de sinais, frequentemente, encontram-se se acelerando ou retardando a produção, tentando regular enquanto interpretam.” Os intérpretes de línguas de sinais, precisam estar atentos a muitos detalhes para que sua produção na língua-alvo comunique e transmita a informação com clareza.

4. TEORIAS DE PROCESSO DA INTERPRETAÇÃO

Neste capítulo iremos entender como ocorre o processo cognitivo interpretativo com base em duas teorias: Modelo de esforço (Gile, 1999) e Teoria interpretativa ou Teoria de sentido (Seleskovitch, 1978).

4.1 Teoria do Modelo de Esforço de Interpretação

Este estudo teve como enfoque analisar o porquê ocorre os problemas de desempenho dos intérpretes, sejam estes iniciantes (estudantes) ou experientes, seja em situações de discursos rápidos, cheias de informação e com alto nível técnico ou em discursos simples e calmos. Tendo este estudo o intento de analisar situações em que ocorrem erros e omissões no processo interpretativo.

Em um experimento realizado com dez intérpretes profissionais de línguas orais (inglês e Francês), foram observados erros em que incorreram estes profissionais em segmentos de discursos simples, de fácil compreensão. Esta foi uma grande motivação para este estudo: buscar o entendimento dos mecanismos que geram as falhas de desempenho no processo interpretativo, com o anseio de encontrar métodos que auxiliem este profissional a superar estes obstáculos em sua atuação.

Após analisar, estes experimentos, Gile desenvolveu um modelo de esforço para a interpretação simultânea, que faz referência a dificuldade de interpretar envolvendo algumas línguas específicas.

4.1.1 Operações automáticas e não-automáticas

O desenvolvimento dos modelos de esforço originou-se de duas áreas intuitivas baseadas na observação e na introspecção:

- Interpretar requer algum tipo de “energia mental” que apenas está disponível de maneira limitada
- Interpretar drena quase toda essa energia mental e as vezes requer mais do que está disponível, o que por vezes deteriora performance. (GILE, 1995: 159 – nossa tradução)

Para compreender bem as operações automáticas e não-automáticas, buscou-se base na psicologia cognitiva. Entende-se que operações automáticas não requerem tanta atenção quanto às operações não-automáticas, pois, a segunda demanda muita energia mental para ser realizada. Sendo assim, a execução de uma tarefa em específico, a qual requer grande atividade mental (cuja

realização detém suprimento energético limitado), resulta na drenagem desta energia até que esta chegue ao fim, e o seu desempenho se torne insuficiente.

A distinção entre estas é difícil, pois a operação não-automática pode variar de acordo com a capacidade de processo e operações, quando repetidas várias vezes podem se tornar automáticas. Então, com o auxílio da psicologia cognitiva, podemos esclarecer:

De acordo com a psicologia cognitiva, operações não automáticas são aquelas quais não podem ser ou não são automatizadas, como detectar um breve estímulo, identificar um estímulo não familiar ou um estímulo familiar apresentados sobre pobres condições, armazenando informação na memória para uso futuro, preparando para um a resposta não automática, controlando a exatidão do movimento ou manipulando símbolos em um sistema cognitivo de uma pessoa. Operações automáticas incluem decodificar um estímulo familiar apresentado sob condições favoráveis, engatilhando uma resposta automática e operando um programa motor sem controle (RICHARD 1980:149-150, *apud* GILE, 1999:160 – nossa tradução).

Em outras palavras, as operações ditas automáticas ocorrem quando recebemos um estímulo que é logo respondido por nossa coordenação com uma ação imediata, no caso da interpretação podemos entender, de acordo com a prática interpretativa, ao ouvir/ver o discurso fonte quando os termos usados já são de conhecimento, e por isso são produzidos automaticamente.

4.1.2 Esforços de Interpretação

Tendo em conta minha experiência como praticante de interpretação simultânea e como instrutor eu pensava que tentar analisar sua operação com entidades conceituais imediatamente familiares para os intérpretes e para estudantes, nomeadas como audição e análise de componentes, um componente de produção de discurso, e um componente de memória de curto prazo. Eu chamei estes componentes de esforços para salientar sua natureza que requer muita atenção, como elas incluem ações deliberadas que requerem decisões e recursos. (GILE, 1999:160 – nossa tradução)

A partir de agora iremos descrever cada um deste processo, ou melhor, cada um destes esforços:

4.1.3 Esforço de audição e análise

É o esforço que consiste no processo em que a ondas sonoras com as informações do falante chega aos ouvidos deste intérprete e este as compreende, identificando o termo pronunciado. E para os intérpretes de língua de sinais, este primeiro esforço também é usado (adaptado) na atuação de uma língua de sinais para uma língua oral.

Na interpretação entre línguas orais, em algumas situações o intérprete simplesmente tenta imitar foneticamente o que foi dito, mas é preciso, pelo menos, que o termo pronunciado seja reconhecido, este fato faz com que este esforço esteja na categoria não automática. Isso também

acontece na interpretação de língua de sinais, quando este está visualizando uma sinalização de um texto fonte.

Para que palavras sejam reconhecidas, aspectos acústicos dos sons por vir devem ser analisados e comparados com modelos guardados na memória de longo prazo do ouvinte (ou em um HD de computador no caso de um software de discurso). (GILE, 1999:161 – nossa tradução)

Este é um processo complexo, no qual é preciso ter “conhecimento de estruturas probabilísticas de uma linguagem relevante, o contexto e a situação” para que a partir daí este ouvinte tomar as suas decisões tradutórias.

O esforço de compreensão é provavelmente mais intenso para os intérpretes do que para o público, pois ao interpretar, este profissional precisa de total atenção ao orador, estando atento a todas as informações pronunciadas, já os participantes pode selecionar o que para eles de fato importa e às demais informações ignorar. Este esforço, de compreensão, também é um processo não-automático, porém de extrema importância para o gerenciamento de capacidade processual.

4.1.4 Esforço de produção

Na interpretação simultânea pode ser definido como um grupo de operações estendidas da representação mental da mensagem a ser entregue para o planejamento de discurso e desempenho do plano de discurso, incluindo auto monitoramento e autocorreção quando necessário. (GILE, 1999:163 – nossa tradução)

Alguns autores (como Holmes (1988: 324), Clark e Clark (1977: 226) e Maclay e Osgood 1959) relatam que os esforços dos falantes para perceber suas intenções são quase completamente fluentes e livres de erro “falar é uma resolução de problemas” e estes problemas causam uma inquietação associadas com a procura de unidades lexicais e com tomadas de decisões sintáticas, é constante que se leve um tempo para encontrar a palavra adequada, levar um tempo para organizar a sentença com uma junção sintática. Esta inquietação é o principal motivo que deixa todos cientes das dificuldades deste esforço de produção, e esta mesma inquietação que determina o resultado final deste discurso.

Observações realizadas revelam o quão difícil é a produção de discurso para o intérprete, pois o orador tem total liberdade para alterar, reorganizar ideias e destas também desistir. Já o intérprete precisa estar atendo à fala do orador, e a esta buscarem ser o mais fiel possível, porém enquanto este aguarda o término de uma frase e/ou ideia para na sequência interpretar, sua memória de curto prazo vai sendo sobrecarregada.

4.1.5 Esforço de memória

Para Gile, o esforço de memória de curto prazo no processo interpretativo é de até poucos segundos, e uma sucede a outra sem interrupção. Algumas acontecem por lapsos entre o esforço de audição e o esforço de produção, ou seja, alguns segmentos fonéticos que ainda não foram bem compreendidos ficam na memória até que seja concluída a identificação deste termo.

Outra função para este esforço está relacionada ao tempo que leva para produzir o discurso, tomadas de decisões e organização do discurso, período este em que as informações e/ou ideias devem permanecer na memória de curto prazo.

Conforme o modo de falar do orador, este intérprete pode encontrar algumas dificuldades, como: um discurso sem lógica, estrutura linguística não usual ou sotaque, este profissional pode optar por um curto período para reformular o discurso (na interpretação simultânea) ou tomada de notas (na interpretação consecutiva) ou por um período maior para bem reformular este texto, e em ambas as escolhas que já foi dito permanece na memória.

A memória de curto prazo está na categoria de operações não-automáticas, pois inclui o armazenamento de informações para uso futuro. Mesmo que, tais informações mudem de um discurso para outro, e até mesmo, no mesmo discurso em cada momento, pois não há uma repetição frequente de conteúdos (termos) por isso este processo torna-se automático.

4.1.6 A interpretação por meio dos esforços

Na interpretação simultânea, o processo destes esforços ocorre conforme abaixo:

$$IS = L + P + M + C$$

Onde L é o esforço de audição e análise, M é o esforço de memória, P é o esforço de produção e C a coordenação de todos os demais esforços. Tais esforços são somados para que possamos atingir o resultado em língua alvo na interpretação simultânea.

Já na interpretação de língua de sinais, o esforço de audição e análise é substituído pelo esforço de leitura, o esforço de produção permanece e o esforço de memória de curto prazo é necessário para identificar e entender os segmentos do discurso e reter tais informações até o momento em que estas sejam produzidas (expressas) na língua alvo. Deste modo, segue abaixo, como se representa o processo neste caso de interpretação:

Tradução de sinais = esforço de leitura + esforço de memória + esforço de produção do discurso + coordenação

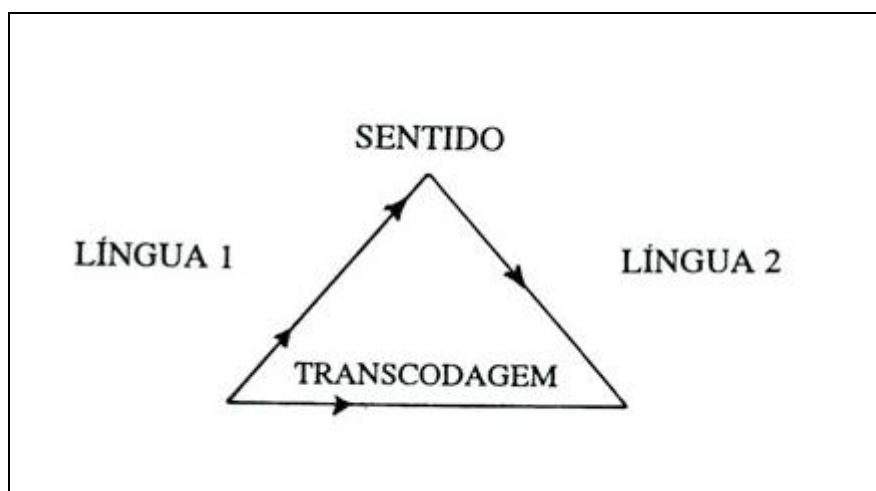
Perante estes esforços o autor, ressalta que uma estratégia que pode ser usada por estes profissionais é de fazer unidades de tradução, escolhendo sentenças e não segmentos de sentenças para realizar a tradução/interpretação. Isto se este tem acesso ao material com antecedência, e quando uma preparação antecipada, é possível que a carga de esforço seja reduzida.

4.2 Teoria Interpretativa da Tradução

Esta teoria tem base na intervenção do tradutor/intérprete e seus mecanismos mentais no ato tradutório, tem seu ponto de partida que o processo de tradução/interpretação não está somente no nível linguístico, mas também na concepção de contexto, cultural e de situações. Analisada nas três modalidades mais frequentes de atuação: interpretação consecutiva, interpretação simultânea e a tradução de texto escrito. Tendo como metodologia de análise o embasamento no conhecimento do que pode ser diretamente percebido no estudo da compreensão da linguagem e da tradução. Com esta teoria vários autores têm realizado teste para sua validação com diversos pares de línguas, inclusive, pares com a língua de sinais.

A autora precursora desta teoria, Seleskovitch, propõe um modelo triangular para melhor explicar esta teoria (conforme figura 1, abaixo), onde a língua fonte passa pelo SENTIDO para depois ser colocada na língua alvo.

FIGURA1 – MODELO TRIANGULAR DE SELESKOVITCH



Fonte: CECIN, Janete Cabral (1994:59).

Neste processo interpretativo, esta etapa é chamada de *desverbalização*, onde há uma união entre os significados linguísticos e o conhecimento prévio existente, fazendo com que estes termos

ouvidos passem a ter conceitos, para depois transmitir na língua alvo um texto que tenha sentido. Tendo em vista que esta teoria procura obter o sentido expresso no discurso e não transmitir os significados dos termos expressos pelo orador.

Neste triângulo, também entendemos que tem o processo de *trancodagem* ou *designações contextuais* fase esta que os termos ouvidos são somente transcodificados na língua alvo conforme conhecimento que este profissional tem destas línguas envolvidas neste processo, como casos de numerais, nomes próprios, termos técnicos, entre outros. Compreenderemos melhor ao ver cada esta deste processo, conforme estudos de CECIN (1994):

1º. Apreensão do sentido ou Compreensão. É analógica, ou seja, não é constituída por etapas, mas como um todo. Os elementos linguísticos do texto servem de trampolim, de sinalização ou de alavanca para o estágio intermediário de desverbalização. Não há, pois, como identificar, no ato de linguagem, segmentos isolados semanticamente, como na frase gramatical.

2º. O sentido compoado com a compreensão uma fase inseparável. Há o sentido que chamo *motivado*, diretamente construído pelo explícito do que é dito (A funcionária consulta o relógio e diz “já é meio-dia”) e o sentido *finalizado*, o conjunto de efeitos que, efetivamente, em situação de comunicação, a compreensão desencadeia (“Está na hora do almoço”).

3º. A exegese ou interpretação da mensagem, após a fase de compreensão do sentido. É analítica, ao contrário da compreensão que, como já vimos, é sintética. No processo da tradução, a exegese não se confunde com a etapa de compreensão do sentido. Os fenômenos de sinédoque e metonímia, muito bem analisados por Lederer, comprovam que não há necessidade de se fazer uma análise da língua ou dos signos com essa finalidade. As palavras ou frases transformadas em enunciados pelo contexto situacional formam um sentido mais exato e mais amplo do que o seu próprio significado.

4º. A tradução propriamente dita, que é a restituição do sentido através de uma nova produção de linguagem, ou seja, um texto formulado com os elementos verbais de uma outra língua que será o suporte do sentido construído na fase de compreensão e analisado na fase de exegese. (CECIN, 1994:62-64)

Sendo assim, na primeira fase acontece a compreensão do texto num todo, ocorrendo a dissociação do sentido deste trecho do texto com os termos usados para formular este discurso. Na segunda fase, busca entender qual o sentido final deste texto dito. Na terceira fase, uma análise minuciosa destes sentidos, que muitas vezes são entendidos por ambos, (orador e público) desta forma não há a necessidade de repassar o sentido. E por último, porém não menos importante, é a produção final na língua-alvo, texto este reformulado com sentidos quando necessário ou somente transcodificado.

Este profissional precisa de estratégias e táticas para que o público-alvo tenha a compreensão plena do que o orador está expressando, tendo o entendimento de que em alguns momentos é necessários buscar o conceito, para transmitir o sentido que envolve até mesmo a situação ambiental e temporal e em outros momentos a transcodificação é o suficiente, pois o estes sentidos estão esplicitos tanto para o orador quanto para o público.

Em casos de interpretação consecutiva, a segunda fase, perdura por mais tempo. Pois é nesta fase que ocorre a desverbalização, ou seja, a memorização do sentido, e nesta modalidade de interpretação é preciso ouvir por um tempo e também memorizar para depois produzir na língua alvo.

Segundo escritos de Freire, ao citar sobre esta teoria a fidelidade neste processo de interpretação/tradução não está relacionada a termos, mas a sentidos:

Para que o resultado do processo de interpretação, em quaisquer de suas modalidades, seja satisfatório, é necessário que o intérprete tenha em mente que “interpretar um discurso não é traduzir uma língua” (Seleskovitch, 1984: 104)¹³. De fato, segundo a autora, a *fidelidade* envolvida no processo de interpretação não tem em vista as *palavras*, mas sim o *sentido*. (FREIRE, 2008:157)

Compreende-se assim, que para Seleskovitch o processo interpretativo tem seu enfoque na tradução de sentidos, e aí está a grande importância dos conhecimentos culturais, sociais e situacionais deste profissional.

5. A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL INTÉRPRETE E AS TEORIAS INTERPRETATIVAS

Neste capítulo em que vou discorrer a respeito da atuação do profissional intérprete de Libras com fundamentos em duas teorias do processo interpretativo, começo com um trecho já citado acima de Gile, “ - interpretar drena quase toda essa energia mental e às vezes requer mais do que está disponível, o que por vezes **deteriora performance**” (GILE, 1999: 159 - grifo feito por mim).

Ressalto este termo, pois no código de conduta para atuação do profissional intérprete de Libras/Português cita como princípios básicos a serem seguidos: confiabilidade, imparcialidade, discrição, distância profissional, fidelidade, competência tradutória e desenvolvimento profissional, porém ao compreendermos os processos cognitivos que ocorrem durante a interpretação, percebemos que tais princípios precisam ser revistos.

Gile (1999) realizou um estudo para comprovar sua teoria, ele percebeu que durante o processo interpretativo ocorrem falhas não somente no trabalho de estudantes (iniciantes), mas também no de profissionais experientes:

Analisando de perto resulta que os problemas de performance surgem não só em discursos rápidos e densos de informação ou altamente técnicos, mas também em segmentos claros e vagarosos nos quais nenhum obstáculo particular é identificado. Além disso erros e omissões são encontrados não apenas em exercícios de interpretação de estudantes, mas também no trabalho de profissionais experientes. (GILE, 1999: 157 – nossa tradução)

Compreendemos assim que as falhas que ocorrem durante o processo interpretativo não são ocorrem somente pelo fato de se ter mais experiência ou não, mas que podem ocorrer por diversos motivos, inclusive interferências do ambiente.

Para este autor, o processo interpretativo envolve esforços cognitivos deste profissional, esforços estes que são exaustivos e por este motivo o autor realiza análises e compreende que erros e omissões podem ocorrer por conta desta exaustão mental. Ocorrendo do seguinte modo: o esforço de audição e análise, o esforço de memória de curto prazo, o esforço de produção e o esforço de coordenação para bem administrar todos estes esforços simultaneamente e ininterruptamente. No caso da interpretação em que envolve língua de sinais, o primeiro esforço, audição e análise, pode ser substituído pelo esforço de leitura.

Neste estudo, ele afirma que se empregamos grande energia num determinado esforço, em outro, o desempenho fica abaixo do esperado e por esta razão, podem ocorrer erros, omissões e/ou interferências. E num contexto de prática cotidiana de interpretação podemos incluir até as questões

externas que podem interferir no resultado final, como: ruídos ou distrações visuais, Casos em que é preciso um esforço maior para audição e análise, ou leitura, questões como a vida pessoal deste profissional que pode interferir no processamento da informação, no processo de busca na memória de curto prazo onde ocorrem as falhas de interpretação (nesta situação, que é comum na prática diária, constatamos o quão difícil é manter o distanciamento pessoal do profissional) e estas etapas que requerem um esforço mental maior, farão com que no próximo passo ocorra grande defasagem, neste caso a produção final.

Podemos aqui citar um exemplo de situação frequente na prática de um intérprete de Libras no contexto educacional: em sala de aula, a professora explica o conteúdo, a turma agitada em bate-papos paralelos, este profissional precisa de grande esforço para ouvir o professor (dedicando a esta fase muita energia), para realizar a busca na memória de curto prazo realizando a adaptação da língua-alvo com todos estes ‘incômodos’ externos que interferem na qualidade da língua de sinais que chega ao aluno surdo.

No esforço de audição e análise (ou de leitura, para língua de sinais), Gile explica que também podemos incluir o esforço de compreensão, pois quando este profissional está atuando a sua atenção deve ser totalmente voltada ao falante. Num contexto de conferência/palestras o público pode selecionar as informações a ser retidas, já o intérprete em atuação precisa assimilar todas as informações para transmiti-las após o processo como seu produto final.

Também relembramos, na teoria interpretativa da tradução, de Seleskovicth, a tradução não envolve somente o nível linguístico deste profissional, mas também, e primordialmente, questões de contextos, culturais e situacionais. Tendo este à função de não somente transcodificar termos de uma língua para outra, mas traduzir sentidos para língua/cultura alvo.

Com base nesta teoria, o princípio ético de distância profissional é contestado, pois se este profissional não pode se envolver na comunidade de seu público-alvo (no nosso caso na comunidade surda brasileira), não terá a possibilidade de ter um profundo conhecimento de sua cultura para assim poder traduzir sentidos, pois os sentidos, assim como os significados de uma cultura para outra são distintos.

Em outras palavras, se um profissional intérprete que teve sua formação somente em cursos (formação técnica ou graduação) encontra maiores dificuldades em sua atuação comparada a de outro profissional que além da formação técnica, tem uma vivência na comunidade surda, por ter experiência com a língua de sinais (mesmo que somente em situações de conversação) e contato frequente com os surdos, o que lhe proporciona maior autoconhecimento, e conhecimento da cultura, que resulta em uma melhor compreensão dos sentidos na comunicação desta comunidade.

Enfim, podemos concluir que, nas duas teorias, que em algum momento destes processos este profissional passa por uma inquietação, pois ao ouvir o discurso fonte, o período de compreensão, que para Gile é o momento que recorre à memória de curto prazo e para Seleskovicth é o período da desverbalização, para que por fim passe a ser produzido o discurso fonte. Contudo, este resultado final pode ser influenciado por esta inquietação e por isso ressalto a importância de uma formação de qualidade para que o profissional compreenda sua real função e para que adote estratégias adequadas para traduzir o discurso o mais apropriadamente possível, e saiba lidar com todas as adversidades que podem surgir antes e durante o processo interpretativo respeitando os públicos envolvidos neste processo, neste caso específico, à comunidade surda.

CONCLUSÃO

O profissional tradutor e intérprete de Libras, por toda sua história, tem enfrentado diversos desafios e um dos principais que identificamos é o reconhecimento e organização quanto profissão. Atualmente, esta atuação é reconhecida como profissão, porém com grandes questionamentos referente a suas funções. Neste estudo, podemos constatar que a instrução que temos no código de conduta da década de 90 já foi contraposta por alguns estudiosos da área e por isso até mesmo houve uma reformulação deste documento, contendo hoje uma atual versão criada em 2014.

Deste modo, ao relacionarmos os princípios descritos para a conduta destes profissionais com os processos cognitivos interpretativos e tudo que acontece no derredor desta interpretação são os responsáveis pelas tomadas de decisão deste profissional.

Afinal, todo o processo interpretativo é exaustivo para este profissional, mesmo que este tenha muita experiência, principalmente no caso da interpretação simultânea, em que o processo acontece ininterruptamente. Como este estudo apresentou, o processo interpretativo ocorre por fases, segundo Gile e Seleskovich: audição e análise ou compreensão, memória de curto prazo ou desverbalização e a produção do discurso alvo, todos estes processos passam pelo intérprete, e por isso pode haver inferências na produção na língua-alvo, pois esta é permeada por experiências, ideias e emoções.

Por fim, compreendemos que a reformulação do código de conduta desta profissão é de grande valia, por estes novos princípios da versão atual leva em conta todo o processo cognitivo sofrido por este profissional pois com este estudo é de fácil entendimento os quanto este processo pode interferir na conduta deste profissional.

Conclui-se assim, que é importante que este profissional tenha o devido conhecimento de como ocorre o processo interpretativo, para que se efetue a interpretação. Com tal compreensão este tende a lançar mão de diversas estratégias para melhor desenvolver seu trabalho. Bem como toda a comunidade em torno deste profissional, pois a partir deste entendimento, estes tendem a contribuir com ele, o que é benéfico para todos os envolvidos, tanto a comunidade surda, quanto os ouvintes que permeiam tais situações. Portanto, a propagação de tais informações quanto ao processo interpretativo e a real conduta que o profissional intérprete precisa ter em sua atuação contribui grandemente para o progresso desta profissão no Brasil.

Ao finalizar este estudo, percebemos a importância de uma formação de qualidade para estes profissionais, e a busca por este de um constante crescimento para que cada vez mais tenha esta competência tradutória para que consiga superar os desafios encontrados em cada ato interpretativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 12.319**, de 1 de Setembro de 2010. Lei Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília, DF, set 2010.

BRASIL. **Decreto n. 5.626**, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, set 2010.

CECIN, J. C. **A teoria Interpretativa da tradução**. Letras 8. Santa Maria. Jan/Jun 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11797> Acesso em: 30 de maio 2018.

FEBRAPILS – Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia Intérpretes de Língua de Sinais. **Código de Conduta e Ética**. Aprovada dia 13 de Abril de 2014. Fortaleza, CE. Disponível em: <http://febrapils.org.br/documentos/> Acesso em: 04 de julho 2018.

FREIRE, E. L. **Teoria interpretativa da tradução e teoria dos modelos dos esforços na interpretação: proposições fundamentais e inter-relações**. In: Cadernos de Tradução nº XXII. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. P. 151 – 174.

GESSER, A. **Disciplina: Tradução e Interpretação de Libras II**. Florianópolis, 2011. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/traducaoEInterpretacaoDaLinguaDeSinais/assets/767/Texto_base_TIL_II_2008.pdf Acesso em: 15 abr 2018

GILE, D. **The Effort Models in Interpretation**. In: Basic Concepts and Models for Interpreter and Translator Training. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999.

MARQUES, N. V. **O mito da neutralidade e o intérprete de língua de sinais**. Revista do Instituto de Ciências Humanas, v. 7, n. 7, p. 63 – 74, jan. – jul. 2012.

PEREIRA, M. C. P. **Interpretação interlíngua: as especificidades da interpretação de língua de sinais**. In: Caderno de Tradução nº XXI. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. P. 135 – 156. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2008v1n21p135/7587> Acesso em: 13 Mai 2018-05-18

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília, 2004.

RODRIGUES, C. H. **A interpretação simultânea entre línguas e modalidades**. Veredas Matemática. Juiz de Fora, v. 17, nº 2, p. 266 – 286, 2013.

RODRIGUES, C. VALENTE, F. **Panorama e perspectivas da tradução e interpretação de Libras**. In: Intérprete de Libras. IESDE Brasil S.A. Curitiba, 2012. Disponível em: WWW.iesde.com.br

RUSSO, A. **Intérprete de língua brasileira de sinais: uma posição discursiva em construção**. Porto Alegre, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SANTOS, S. A. **Intérpretes de língua brasileira de sinais: um estudo sobre as identidades.** Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVÉRIO, C. RODRIGUES, C. MEDEIROS, D. ROMEIRO, S. **Reflexões sobre o processo de tradução-interpretação para uma língua de modalidade espaço-visual.** Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Disponível em: <https://www.ufjf.br/interpretelibras/files/2014/02/REFLEX%C3%95ES-SOBRE-O-PROCESSO-DE-TRADU%C3%87%C3%83O-INTERPRETA%C3%87%C3%83O-PARA-UMA-L%C3%8DNGUA-DE-MODALIDADE-ESPA%C3%87O-VISUAL.pdf> Acesso em: 30 maio 2018.